

092

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Ana Paula de Almeida Lopes, Rodrigo Stumpf Gonzalez (orient.) (UNISINOS).*

A Constituição de 1988 adotou a doutrina da proteção integral como princípio para a proteção dos direitos da infância e juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente regulou os dispositivos constitucionais, criando instrumentos para sua efetivação. Passados 15 anos da promulgação do texto constitucional, em que medida ele foi posto em prática e qual a influência da participação da sociedade em sua efetivação? Este projeto analisa em que medida os direitos da criança e do adolescente estão sendo respeitados e qual o resultado obtido pela atuação dos fóruns, conselhos de direitos da criança, conselhos tutelares e outros instrumentos de participação social neste resultado. A metodologia escolhida abrange o levantamento e fichamento bibliográfico do que há escrito sobre o assunto, pesquisas empíricas, seguindo a produção de artigos. Serão analisadas estatísticas públicas, documentos dos órgãos envolvidos e entrevistas com participantes. Os resultados obtidos serão socializados aos organismos atuantes na área, contribuindo na realização do compromisso social da Universidade na transformação e desenvolvimento da comunidade onde está inserida. O projeto encontra-se em fase inicial de desenvolvimento e neste período as atividades das bolsistas consistirá principalmente no levantamento bibliográfico e de dados. (PIBIC).